

*“UN PICCOLO
PATACCIO AL RIO
DELL’AMAZZONI”:
PIRATARIA EUROPEIA E
PROJETOS ITALIANOS
NA AMAZÔNIA
NA ÉPOCA DA
MONARQUIA
HISPÂNICA*

Contato
Av. dos Portugueses, 1966
65080-805 - São Luís - Maranhão - Brasil
E-mail: aliriosj@yahoo.com.br

Alírio Cardoso*
Universidade Federal do Maranhão

Resumo

No início do século XVII, navegadores e comerciantes de diversas nações frequentavam as águas do território hoje conhecido como Amazônia brasileira, correspondente ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621-1770). O objetivo deste artigo é discutir a relação entre Portugal e Espanha com os demais concorrentes europeus no cenário atlântico utilizando como estudo de caso as tentativas de navegação toscana para o extremo norte da América portuguesa.

Palavras-chave

Amazônia - piratas - italianos.

* Doutor em História pela Universidad de Salamanca, Espanha. Professor Adjunto no Departamento de História do Centro de Ciências Humanas.

*“UN PICCOLO
PATACCIO AL RIO
DELL’AMAZZONI”:*
EUROPEAN PIRACY
AND ITALIAN PROJECTS
ON AMAZON AT THE
TIME OF THE HISPANIC
MONARCHY

Contact
Av. dos Portugueses, 1966
65080-805 - São Luís - Maranhão - Brasil
E-mail: aliriosj@yahoo.com.br

Alírio Cardoso
Universidade Federal do Maranhão

Abstract

In the early seventeenth century, navigators and merchants of different nations attended the waters of the territory now known as Brazilian Amazon, corresponding to the ancient State of Maranhão and Grão-Pará (1621-1770). The objective of this paper is to discuss the relationship between Portugal and Spain with other European competitors in Atlantic scenario using as case study attempts to Tuscany navigation to the north of Portuguese America.

Keywords

Amazon – pirates – Italian.

Um oceano de piratas e corsários

No período em que Portugal integrou a Monarquia hispânica (1580–1640), evidentemente, portugueses e castelhanos não eram os únicos interessados na navegação pelo Atlântico.¹ De fato, desde o final do século XVI, as autoridades que representavam os reinos ibéricos tinham informações que indicavam que agentes de outras nações europeias não apenas circulavam por aquele vasto oceano, mas também desenvolviam ali diversos projetos e experimentos econômicos. Sobretudo a atividade “estrangeira” nas regiões fronteiriças, entre os territórios americanos de Portugal e Castela, mobilizava a atenção de autoridades e moradores daquelas áreas ultramarinas. Por outro lado, a própria realidade institucional ensejada pela união monárquica não ajudou a melhorar a situação de desconfiança que as demais nações tinham com relação aos monarcas Habsburgo. Nesse sentido, o que era chamado pela burocracia castelhana de pirataria e contrabando não deixava de ser uma estratégia comum a várias nações que contestavam a legitimidade do domínio ultramarino espanhol.

Alguns dos mais importantes concorrentes europeus estariam especificamente interessados numa faixa do oceano que poderia ser apropriadamente chamada de Atlântico equinocial.² Esta região, localizada entre as

¹ A bibliografia sobre a integração portuguesa à monarquia dos Habsburgo tem sido nos últimos anos mais atenta também às relações entre América lusa e as Índias espanholas, muitas vezes a partir de trabalhos comparativos. Sobre o tema, ver, por exemplo: VALLADARES, Rafael. *El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)*. *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 4, Madri, 1993, p. 151–172. MARQUES, Guida. *L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union iberique (1580-1640)*. Tese de doutorado apresentada a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. Para análises sobre o impacto da união monárquica sobre a cultura política portuguesa, ver: CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*, vol. LXIV, nº 216, janeiro-abril de 2004, p. 117–156. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011; CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998; OLIVEIRA, António de. *Poder e posição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (ed.). *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: Cham/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011, p. 69–96.

² Para um resumo sobre estes diferentes projetos, em comparação com os planos de conquista dos reinos ibéricos, ver: CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596–1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, 2011, p. 317–358. A expressão “Atlântico equatorial” também foi utilizada por Rafael Chambouleyron. Ver:

Guianas e a Capitania do Maranhão, passando pelo Cabo do Norte (atual Amapá), poderia ser estratégica para os objetivos de navegação pelo Caribe, região perigosamente próxima da mesmíssima rota da prata castelhana, objetivo declarado de muitos concorrentes europeus, mas principalmente das Províncias Unidas dos Países Baixos.³

No centro destes projetos estava o imenso complexo fluvial do rio Amazonas. Na própria geopolítica seiscentista, o Amazonas era muitas vezes apresentado como um possível corredor expresso, uma espécie de estrada fluvial que ligaria o Atlântico ao vice-reinado do Peru. Assim era apresentado em diversas representações cartográficas entre o final do século XVI e início do século XVII, a exemplo do mapa manuscrito holandês provavelmente elaborado por Evert Gijsbertsz em 1595.⁴ Outras especulações davam conta inclusive da possibilidade de ligação norte-sul entre o rio Amazonas e o rio da Prata, pelo interior da América portuguesa. A burocracia castelhana era bastante sensível a estas informações, sobretudo em função da necessidade de fortificar esta rota, blindando possíveis caminhos alternativos para Potosí.⁵

A navegação "estrangeira" para os novos domínios do monarca católico ao norte do Estado do Brasil tinha objetivos que variavam desde o simples tráfico de produtos específicos, como tabaco, pimenta e pau-de-tinta, passando pela construção de entrepostos comerciais pensados para apoiar outras rotas norte-atlânticas, chegando mesmo aos projetos de ocupação efetiva do território. Estas atividades, chamadas indistintamente de "pirataria" pelas fontes hispano-lusas, deixaram diferentes vestígios, entre documentos diplomáticos, mapas, planisférios, crônicas e cartas disponíveis hoje em variados idiomas. Este acervo, fragmentado como poucos, informa não só a respeito do interesse comercial dos não ibéricos pelas novas terras, mas

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial. Tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n° 52, 2006, p. 79-114. Ver também: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Portuguese colonization of Amazon region, 1640-1706*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Cambridge, 2005.

³ Sobre o tema, ver: CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.

⁴ Manuscriptkaart van Amerika (1595?). Biblioteca Real de Haia. O autor agradece ao professor Raymond Buve da Universidade de Leiden por esta e outras informações acerca da cartografia holandesa do período.

⁵ Falamos aqui no mito da Ilha Brasil, conhecida lenda cartográfica comum entre os séculos XVI e XVII. Sobre o tema, ver: KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da Ilha Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas. *Vária História*, vol. 23, n° 37, Belo Horizonte, janeiro-junho, 2007, p. 70-80.

também constitui um testemunho indireto de como holandeses, franceses, ingleses, irlandeses e italianos percebiam a integração de Portugal aos domínios da Monarquia hispânica.

De fato, após 1580, o quadro de ameaças ao domínio espanhol no Atlântico agravava-se consideravelmente. Segundo Geoffrey Parker, a união ibérica não ocorreu sem muitos inconvenientes para as partes envolvidas. A incorporação de Portugal acabou atraindo a desconfiança generalizada dos outros reinos europeus que tinham justificados receios quanto aos objetivos da máquina bélica filipina, ainda mais quando o tema era a expansão ultramarina.⁶ Com efeito, na documentação da época, os diversos concorrentes europeus eram classificados de acordo com os critérios disponíveis, nem sempre sistemáticos e que variavam de acordo com certas circunstâncias. Assim, em geral, os grupos que circulavam por águas luso-espanholas no ultramar foram classificados como: "invasores" (franceses), "piratas" (ingleses e irlandeses), "rebeldes" ou "hereges" (holandeses) e, ainda, traficantes e "aventureiros" (italianos).⁷ Para a burocracia hispano-lusa, cada grupo entrava numa e outra categoria dependendo do quadro internacional vigente. No final das contas, o que diferenciava o nível de gravidade concernente à atividade de cada grupo "estrangeiro" eram as relações diplomáticas específicas que determinado país mantinha com a Monarquia hispânica.

As duas primeiras décadas do século XVII significaram um momento decisivo na expansão europeia não luso-castelhana para a Amazônia portuguesa. Em 1615, essa região havia sido conquistada por uma tropa constituída por índios, portugueses e castelhanos. Como se sabe, desde 1612, os franceses ocupavam o Maranhão e ali fundaram um forte/cidade chamado de São Luís. Nesta fortificação, os franceses utilizavam os serviços dos índios na exploração de certos produtos da terra, principalmente algodão, tabaco, pau-de-tinta e pimenta da terra. Por outro lado, os vassallos do rei cristianíssimo não estavam sozinhos. Sabe-se que, desde o final do século XVI, os próprios holandeses também tinham fortalezas na região. Eram feitorias fortificadas que funcionavam com o auxílio indígena e com ampla participação

⁶ PARKER, Geoffrey. David o Goliat: Felipe II y su mundo en la década de 1580. In: KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (eds.). *España, Europa y el mundo atlántico. Homenaje a John H. Elliott*. Madrid: Marcial Pons/Junta de Castilla y León, 2002, p. 321-346.

⁷ Há bons exemplos nas séries de documentos do Archivo General de Simancas (Valladolid). Ver, entre outros: Secretarias Provinciales, libros 1508, 1516, 1519, 1467, 1478; Estado (Portugal), legajos: 260, 437, 2710, 2644; Estado (Francia), libros: 1611, 1431, 1453, 1477; Estado (Inglaterra), libro 2514; Estado (Holanda), libros: 2043, 2045, 2862.

de mercenários irlandeses. Nestes fortes, os batavos traficavam todo tipo de produtos de valor comercial para a Europa, informação que não era completamente desconhecida em Madri, Valladolid, Sevilla ou Lisboa.⁸ A partir de 1620, as operações holandesas no Atlântico se tornariam mais evidentes com a criação da West-Indische Compagnie (WIC), companhia financiada por um eficiente complexo de impostos cobrados nas cidades que integravam as Províncias Unidas dos Países Baixos.⁹

O Maranhão, confirmado como Estado independente do Estado do Brasil, em 1621 já era conhecido pela cartografia do período como uma região perigosamente próxima da rota da prata castelhana, como já foi dito, o alvo privilegiado da pirataria internacional.¹⁰ Não por acaso, o grande temor recorrente na documentação hispano-lusa diz respeito à possibilidade de associação entre dois grandes rivais da Monarquia hispânica: a França que, na década de 1610, construiu uma ocupação civil-militar no Maranhão, conhecida mais tarde como França equinocial (1612-1615);¹¹ e, por outro lado, os Países Baixos que, desde o início do século XVII, realizavam experimentos comerciais no extremo norte da América portuguesa. A união entre os recursos financeiros holandeses e a experiência francesa na região não era uma possibilidade remota e foi objeto de apreciação de algumas consultas feitas pela burocracia hispano-lusa. Com efeito, para os espanhóis, a presença franco-holandesa na região amazônica era considerada muito mais perigosa em comparação com toscanos, irlandeses e ingleses.¹²

Nos informes luso-maranhenses disponíveis sobre a Amazônia, o *topos* da ameaça estrangeira se repete à exaustão. O elenco de sugestões para

⁸ EDMUNDSON, G. The Dutch on the Amazon and Negro in the seventeenth century. *English Historical Review*, n.º 18, vol. 72, outubro de 1903, p. 642-663; LORIMER, Joyce. *English and Irish settlement on the river Amazon, 1550-1646*. Londres: The Hakluyt Society, 1989.

⁹ Sobre a rede de financiamento das Províncias Unidas, ver: FRITSCHY, W. "A financial revolution" reconsidered: public finance in Holland during the Dutch revolt, 1568-1648. *The Economic History Review*, vol. LVI, n. 1, fevereiro de 2005, p. 57-89. Ver também: DEN HEIJER, H. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, J. & ENTHOVEN, V. (eds.). *Riches from Atlantic commerce. Dutch transatlantic trade and shipping, 1585-1817*. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. 97-100.

¹⁰ CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia hispânica*, op. cit.

¹¹ DAHER, Andréa. *O Brasil francês: as singularidades da França equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Lythograf, 2002. COUTO, Jorge. As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projeto da França equinocial. In: VENTURA, Maria da Graça M. *A união ibérica e o mundo atlântico*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 171-194.

¹² Tal como afirma, entre outros, um documento anônimo de 1621: Avis anonyme/Nouvelle de Portugal. 28 de abril de 1621. Archivo General de Simancas, Estado K (de Francia) 1451, A42, n.ºs. 116-145.

providências defensivas enviado à Corte incluía: a disponibilidade maior de recursos financeiros para a região; a construção de novas fortificações ao longo do litoral; a compra de armas e a disponibilização de mais navios para as rotas que davam acesso ao Maranhão e ao Grão-Pará.¹⁵ Entretanto, passa a ser cada vez mais importante a obtenção do apoio indígena pelos portugueses, única forma eficaz de manter holandeses e franceses à margem. De fato, mais grave até que uma suposta ação coordenada franco-holandesa era a possibilidade de uma associação franco-holandesa-tupinambá. Por isso, outros informes alertavam o Conselho de Portugal acerca dos perigos de uma completa adesão nativa à causa holandesa nas capitânicas do extremo norte.¹⁴

Desconsiderando o simples tom alarmista que caracterizou certas fontes portuguesas e espanholas sempre que o tema da pirataria franco-holandesa surgia, o certo é que a comparação entre as ações navais francesas e holandesas na região deve considerar certas diferenças fundamentais. É bem verdade que, após a regência de Maria de Médicis, as relações hispano-francesas eram cada vez mais tensas, culminando com a declaração de guerra de abril de 1635, resultado da agressiva política do cardeal Richelieu.¹⁵ Entretanto, as relações diplomáticas entre França e Castela eram bem mais estáveis em comparação com a posição cada vez mais ameaçadora que as repúblicas unidas adotavam nos oceanos Índico e Atlântico a partir das primeiras décadas do século XVII.¹⁶

Não se pode esquecer também que a própria documentação diplomática ajudou a criar certas especulações sobre supostos acordos envolvendo franceses, ingleses e holandeses para a retomada do Maranhão, território conquistado pelos portugueses em 1615. Este foi um dos motivos pelo qual o general Daniel de La Touche, um dos conquistadores da Guiana e o principal articulador da França equinocial, permaneceu tanto tempo preso em Lisboa no final do conflito luso-francês (1614-1615). Naquela altura, o general francês foi acusado de manter perigosa correspondência com representantes de

¹⁵ CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia hispânica*, op. cit., p. 255-301.

¹⁴ [Petição do capitão Simão Leittão]. 27 de junio de 1624. Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, Libro 1467, flº 501.

¹⁵ Por outro lado, sobre os exageros deste tipo de interpretação, vale a pena ver: PARROTT, David. France's war against the Habsburgs, 1624-1659: the politics of military failure. In: GARCÍA HERNÁN, Enrique & MAFFI, Davide (eds). *Guerra y sociedad en la Monarquía hispánica. Política, estrategia y cultura en la Europa moderna (1500-1700)*, vol. 1. Madri: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006, p. 31-48.

¹⁶ Para um estudo de conjunto sobre o Atlântico português, ver: SANTOS PÉREZ, José Manuel & CABRAL DE SOUZA, George F. (eds.). *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

Holanda e Zelanda, preparando assim seu retorno ao Maranhão.¹⁷ Sobre o tema, há informações relevantes na correspondência de embaixadores como d. Iñigo de Cárdenas, representante do monarca católico na Corte de França a partir de 1609.¹⁸ Para o caso inglês, o mais importante embaixador do período que nos interessa foi d. Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar, que representou os interesses espanhóis em Londres entre 1613 e 1622.¹⁹ Também não se pode esquecer que esta época caracteriza-se exatamente pela vulgarização da figura do representante diplomático residente, ao mesmo tempo em que as linhas gerais de sua atuação são definidas nos primeiros grandes tratados sobre o tema.²⁰ Apesar da experiência dos representantes espanhóis, a noção de diplomacia entre os monarcas Habsburgo não conseguiu desvincular-se de uma tendência alargada ao domínio político e de uma profunda desconfiança com relação aos reinos protestantes da Europa. Nesse sentido, a relação entre a atividade diplomática filipina e os objetivos definidos pelas reformas tridentinas era clara, como claro era o discurso sobre a necessidade de defesa dos territórios ultramarinos contra a expansão dos estados não católicos. Evidentemente, esse critério não se aplicava aos italianos que acabaram sofrendo, no final das contas, as mesmas restrições aplicadas aos países "hereges" da Europa, segundo o critério castelhano.

Antes de seguirmos para a análise dos projetos italianos no Atlântico, faz-se necessária uma definição mais clara sobre o que chamamos de "pirataria", pois esta definição comportava atividades de natureza variável, orientadas por diferentes motivações. Nesse sentido, Carlo Cipolla explica que a chamada "pirataria" correspondia a todo tipo de atividade marítima com finalidades "antiespanholas". No caso espanhol, essas atividades se

¹⁷ Ver, por exemplo: Avis anonyme/Nouvelle de Portugal. 28 de abril de 1621. Archivo General de Simancas, Estado K (de Francia) 1431, A42, nºs 116-143.

¹⁸ Sobre a atividade de Cárdenas como agente diplomático do monarca católico, ver: Dom Iñigo de Cardenas. In: PAZ, Julián. *Secretaria de Estado (Capitulaciones con Francia y negociaciones diplomáticas de los embajadores de España con aquella corte, seguido de una serie cronológica de éstos)*. Madri: Junta para Ampliación de Investigaciones Científicas/Centro de Estudios Históricos, 1914, p. 726-735.

¹⁹ Sobre a diplomacia anglo-espanhola do período, ver: SANZ CAMAÑES, Porfirio. *Diplomacia hispano-inglesa en el siglo XVII. Razón de Estado y relaciones de poder durante la Guerra de los Treinta Años, 1618-1648*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2002.

²⁰ Sobre o tema, ver entre outros: CARDIM, Pedro. A prática diplomática na Europa do Antigo Regime. In: RODRIGUES, Luís Nuno & MARTINS, Fernando (eds.). *História e relações internacionais*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora, 2004, p. 11-53; COLOMER, José Luis (ed.). *Arte y diplomacia de la Monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madri: Fernando Villaverde Ediciones, 2003; OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la diplomacia española. La diplomacia de Felipe II*, vol. VI. Madri: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2000.

desenvolviam em duas grandes frentes: berberescos no Mediterrâneo e os holandeses, franceses e ingleses no Atlântico.²¹ De fato, os vários projetos concorrentes incluíam desde a formação de entrepostos ou fortalezas com fins comerciais mais limitados e com o tráfego de poucos navios por ano até projetos mais efetivos que poderiam incluir o domínio territorial e militar, sempre que estes europeus contassem com auxílio indígena. O erudito espanhol Sebastian de Covarrubias, em 1611, foi bastante econômico ao tratar o "pirata" simplesmente como "*el cosario que roba en la Mar*".²² Para Portugal, o *Vocabulário portuquez & latino* de Raphael Bluteau também define laconicamente "pirata" como o "ladrão do mar", do qual derivam outros verbetes: "pirataria", "piratear" e "pirático".²³ Vitorino Magalhães Godinho, ao discutir o papel da pirataria no imaginário mercante português, admite que este, mais que qualquer outra coisa, era um medo essencial da sociedade lusa.²⁴ Por outra parte, autores como Janice E. Thomson apostaram na interpretação do fenômeno pirata, entre os séculos XVI e XVIII, como uma expressão máxima da violência não estatal, anterior ao monopólio da própria violência pelos sistemas políticos nacionais. Entretanto, estava claro que a pirataria atendia bastante bem aos interesses de certos coletivos nacionais em ocasiões específicas.²⁵

De qualquer forma, o coletivo que é frequentemente chamado de "pirata" não esclarece muito sobre o perfil da concorrência europeia. A questão parece mais complexa ainda quando falamos dos projetos comerciais de nações que integravam ou tinham relações diplomáticas estáveis com a Monarquia hispânica. Tal era o caso dos "italianos" que, apesar de não alimentarem grandes disputas com o monarca católico, pela própria condição de vassalagem de boa parte daquele território, consideravam as vantagens de entrar nesse grande negócio que era o Atlântico.

²¹ CIPOLLA, Carlo. *Conquistadores, piratas e mercadores. A saga da prata espanhola*. Lisboa: Teorema, 2002, p. 38.

²² Pirata. In: COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Editorial Castalia/Nueva Biblioteca de erudición y crítica, 1995 [1611]. Sobre a distinção entre "pirata", "corsário" e "bucaneiro", ver: SALMORAL, Manuel Lucena. *Piratas, bucaneros, filibusteros y corsarios en América. Perros, mendigos y otros malditos del mar*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

²³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuquez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, vol. 6, p. 527-8. Disponível em: www.brasiliiana.usp.br.

²⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. As incidências da pirataria no sistema português do século XVI. In: *Mito e mercadoria: Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 460-475.

²⁵ THOMSON, Janice E. *Mercenaries, pirates, and sovereigns. State-building and extraterritorial violence in early modern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1994. Para um panorama mais geral sobre o ataque de corsários ao "império" luso-espanhol, ver: LANE, Kris E. *Pillaging the Empire: Piracy in the Americas, 1500-1750*. Nova York/Londres: M.E. Sharpe, 1998.

Italianos e toscanos no Atlântico

Os italianos também tinham projetos comerciais para a região localizada entre as atuais Guianas e o antigo Estado do Maranhão. Sérgio Buarque de Holanda foi um dos primeiros historiadores a fazer referência, ainda na década de 1960, às tentativas de navegação e comércio toscanos para a "Amazônia" no início do século XVII.²⁶ No acervo do Archivio di Stato di Firenze é possível encontrar uma parte da documentação existente sobre a expedição ítalo-inglesa que navegou, em 1608, entre os rios Orinoco e Amazonas, aventura financiada pelo grão-duque da Toscana, Fernando I (1549-1609), provavelmente com ajuda de capital holandês. Tal como enfatizam Zeron e Camenietzki, não se trata de nenhuma curiosidade histórica, mas de um episódio que teve sua importância na definição das relações diplomáticas entre a Toscana seiscentista e a Monarquia hispânica no que tange aos direitos sobre o comércio atlântico, mas também com relação à própria soberania espanhola na península Itálica.²⁷

Para alguns autores, sobretudo no caso de Sicília e Nápoles, o domínio espanhol sobre o território "italiano" efetivava-se a partir de um equilíbrio fino entre centralização e mediação estratégica dos poderes locais, com consequências nos campos militar, econômico e social.²⁸ De fato, o domínio territorial dos Habsburgo abrangia quase metade da Itália, mas sobretudo Nápoles, Milão, Sicília, Sardenha e Toscana, lugares onde os monarcas espanhóis foram obrigados a construir desde cedo uma eficiente rede diplo-

²⁶ Sérgio Buarque de Holanda e o italiano Roberto Ridolfi são dois dos primeiros a divulgar a documentação sobre os projetos toscanos para a América portuguesa. RIDOLFI, Roberto. Pensieri Medicei di colonizzazione nel Brasile. *Veltro. Rivista della Civiltà Italiana*, vol. VI, nº 4, agosto de 1962, p. 705-720; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609). *Revista de História*, nº 71, São Paulo, 1967, p. 61-84. No ano 2000, a *Revista de História* fez uma republicação do precioso artigo de Sérgio Buarque (nºs 142-143, p. 95-122). Doravante citaremos as páginas referentes a esta última versão.

²⁷ ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda: Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia em 1608. *Revista de História*, nº 142-143, São Paulo, 2000, p. 125-27.

²⁸ MUSI, Aurelio. *L'Italia dei viceré. Integrazione e resistenza nel sistema imperiale spagnolo*. Cava dei Tirreni: Avagliano, 2000, p. 26-28. Para o caso dos integrantes dos *seggi* napolitanos, ver: MUTO, Giovanni. La nobreza napolitana en el contexto de la Monarquía hispánica: algunos planteamientos. In: YUN CASALILLA, Bartolomé (dir.). *Las redes del imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons/Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 135-171.

mática capaz de conter as rebeliões ocasionais, como as que ocorreram em Gênova entre 1558 e 1566.²⁹

Em fevereiro de 1591, Filipe II havia proibido comércio e navegação de estrangeiros na costa do Estado do Brasil, sem as devidas licenças, o que excluía os vassallos italianos do negócio.³⁰ Por isso mesmo, tanto o grão-duque Fernando I quanto seu embaixador florentino na Espanha, o arcebispo Sallustio Tarugi, resolveram manter completo sigilo sobre a expedição de 1608.³¹ Entre setembro e outubro daquele ano, sob o comando direto do inglês Robert Thornton, um navio de nome Santa Lucia Bonaventura teria navegado pela rede fluvial do "rio dell'Amazzone". A organização geral da expedição ficou a cargo de outro inglês residente na Toscana, sir Robert Dudley (1574-1649), cartógrafo e navegador que, segundo se diz, havia estado na região no final do século XVI. Dudley também foi o autor do conhecido atlas *Dell'Arcano del mare* (Florença, 1646), onde consta uma "Carta particolare della rio d'Amazone con la costa sin al fiume Maranhã".³²

Os objetivos da aventura eram principalmente a busca de metais preciosos, além de outras mercadorias de interesse, e o estabelecimento de uma nova rota comercial livre da intermediação hispano-lusa. Todo o percurso, que incluía escalas na Trindade e nas Guianas, teria durado quase um ano. O retorno do "galeão" Santa Lucia ocorre por volta de 12 de julho de 1609, com sua chegada ao porto da cidade de Livorno. Na ocasião, o capitão Thornton trouxe consigo alguns animais e plantas exóticas, e cerca de seis índios cuja origem não é detalhada nas fontes conhecidas. De qualquer forma, seria a primeira vez que nativos da região pisavam terras da península Itálica.³³

O interesse italiano pela navegação e comércio atlânticos não era nenhuma novidade. Como se sabe, a própria cartografia italiana e florentina

²⁹ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la diplomacia española*, op. cit., p. 234-35.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609), op. cit., p. 109.

³¹ Para uma perspectiva geral sobre as "instruções" aos embaixadores toscanos na Espanha, ver: MARTELLI, Francesco & GALASSO, Cristina (coord.). *Istruzioni agli ambasciatori e inviati medicei in Spagna e nell'Italia spagnola (1536-1648)*. Roma/Firenze: Ministero per i Beni e le Attività Culturali / Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 2007.

³² DUDLEY, Robert. *Dell'arcano del mare*. Florença: Francesco Onofri, 1646. Robert Dudley era filho ilegítimo do conde de Leicester, Robert Dudley, que atuou ainda durante o reinado de Isabel I da Inglaterra. DE DIVITIIS, Gigliola Pagano. *English merchants in seventeenth-century Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 48-9, nota 47.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609), op. cit., p. 98-99.

participou ativamente do esforço coletivo de descrição das regiões do Novo Mundo entre os séculos XVI e XVII.⁵⁴ Além disso, a partir da década de 1550, surgiram traduções italianas de alguns dos mais importantes cronistas espanhóis e portugueses, a exemplo de Cieza de León, López de Gomara e João de Barros, publicadas principalmente nas casas editoriais de Veneza e Roma. Estes textos sobre o Vice-Reinado do Peru, a Nova Espanha ou o Estado do Brasil aproximavam o público leitor italiano de uma realidade que, à exceção de homens como Girolamo Benzoni, praticamente só viajantes e militares pertencentes à Monarquia dual tinham experimentado *in loco*.⁵⁵

Por outro lado, estava claro que a recepção favorável a estes textos na "cultura do renascimento" acabou por instigar o interesse de comerciantes e aventureiros pela navegação ultramarina hispano-lusa.⁵⁶ Apesar da concorrência de comerciantes locais e, mesmo, de outras colônias estrangeiras instaladas em Portugal, mercadores, financistas e agentes italianos disputavam fortemente espaço de atuação nas praças de Lisboa ou do Algarves, imiscuindo-se em diferentes atividades econômicas.⁵⁷ Com efeito, mercadores e financistas florentinos, cujo exemplo clássico seria a conhecida família Cavalcanti que atuava em Londres e em Lisboa, começavam a participar do rentável negócio do açúcar luso-brasileiro.⁵⁸ Não é difícil imaginar, portanto, que comerciantes bem informados conheceriam também as atividades de outras nações europeias na faixa noroeste da América portuguesa, fronteira

⁵⁴ No caso da cartografia florentina que nos interessa neste momento, ver, por exemplo: GENTILE, Sebastiano. *Firenze e la scoperta dell'America. Umanesimo e geografia nell'400*. Florença: Olschki, 1992.

⁵⁵ Segundo afirma Rosario Romeo, *La historia del Mondo Nuovo* de Benzoni, de 1565, foi para o cenário erudito italiano o "último escrito de relevo, na literatura do século XVI dedicada à América, que derivou de uma direta experiência de viagem". ROMEO, Rosario. *Le scoperte americane nella coscienza italiana del Cinquecento*. Prefácio de Rosario Villari. Roma/Bari: Editori Laterza, 1989, p. 89. Para referência ao trabalho de Benzoni, utilizamos a edição espanhola de 1989: BENZONI, Gerolamo. *Historia del Mundo Nuevo*. Introdução e notas de Manuel Carrera Díaz. Madri: Alianza Editorial, 1989.

⁵⁶ A respeito do impacto dessas traduções sobre a cultura erudita italiana quinhentista, ver entre outros: ROMEO, Rosario, op. cit., p. 65-89; DONATTINI, Massimo. Orizzonti geografici dell'editoria italiana (1495-1560). In: REINHARD, Wolfgang & PROSPERI, Adriano (eds.). *Il Nuovo Mondo nella coscienza italiana e tedesca del Cinquecento*. Bolonha: Il Mulino, 1992, p. 79-154.

⁵⁷ D'ARIENZO, Valdo & DI SALVIA, Biagio. *Siciliani nell'Algarve. Privilegi e prassi mercantili nell'Atlantico portoghese (secoli XV-XVI)*. Milão: Franco Angeli, 2012, p. 54.

⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609), op. cit., p. 103-104.

com as Índias castelhanas, atividades estas que os próprios portugueses e espanhóis, por sua vez, não ignoravam.³⁹

Quatro anos antes da expedição de 1608, foram valiosas as informações coligidas na obra *Descrizione dell'America o vero Indie occidentali* (Valladolid, 1604),⁴⁰ de Orazio Della Rena (1564–1630), que foi secretário diplomático toscano na Corte do monarca católico entre 1593 e 1605.⁴¹ Esta obra, como tantas outras do período, é um exercício de descrição à distância. Della Rena, que não esteve na América, constrói uma narrativa minuciosa sobre as coisas do Novo Mundo, seus governos, suas rotas e riquezas, a partir tão somente de informes indiretos, publicações da época e testemunhos orais coletados no período em que aquele secretário esteve na Corte espanhola. Na *Descrizione dell'America* já existe referência explícita ao "Maranhão" e às possibilidades de navegação e conexão oceânica através da rede fluvial do rio Amazonas. Segundo afirma Della Rena, repetindo indicações já conhecidas em outras fontes:

Nas Índias estão os mais famosos rios do mundo. Ocupa o primeiro lugar em todo o universo o Maranhão, conhecido pelo outro nome de Rio das Amazonas. Ele tem uma passagem dita o Pongo que é a mais perigosa do mundo porque as águas correm es-

³⁹ Era, por exemplo, o que afirmava o capitão de Pernambuco, futuro comandante da conquista do Maranhão, Alexandre de Moura, que escreveu muitas vezes ao monarca católico alertando sobre a navegação "estrangeira" e especificamente holandesa, pelo litoral norte da América lusa. Ver, por exemplo: Sobre se aguardar a Alexandre de Moura o como se dispos resistir aos Olandezes. 21 de agosto de 1607. Lisboa: Biblioteca da Ajuda, códice 51-VII-15, fl. 166.

⁴⁰ *Descrizione dell'America o vero Indie occidentali*. Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Magliabechiana, Cl. XXIV, códice 53, n.º 20. Também disponível em: GUARNIERI, Giuseppe G. *La Spagna al tempo di Filippo II. Le navigazioni degli spagnuoli di Castiglia nelle Indie Occidentali e un manoscritto inedito di Orazio Della Rena*. Livorno: G. Meucci, 1910. Existe edição brasileira, coordenada por ZERON & CAMENIETZKI, titulada: *Descrição da América, ou melhor, das Índias Ocidentais ao sereníssimo grão-duque da Toscana senhor meu Horazio della Rena*. In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 142-159.

⁴¹ Para mais informações tanto sobre a atividade político-diplomática de Orazio Della Rena quanto sobre sua atividade como informante toscano das notícias do Novo Mundo, ver: VOLPINI, Paola. *Uomini di governo e mutamenti politici: notizie, stereotipi e pregiudizi sul governo della Spagna fra Cinque e Seicento*. In: PROFETI, Maria Grazia (ed.). *Giudizi e pregiudizi: Percezione dell'altro e stereotipi tra Europa e Mediterraneo*, vol. I. Florença: Alinea, 2009, p. 119-133. Della Rena, é bom lembrar, foi autor de diversas outras obras nos 12 anos em que foi secretário diplomático na Corte espanhola. Em 1605, por exemplo, publicou um precioso informe titulado *Relazione segreta delle cose della corte di Spagna*, em que detalha os assuntos diplomáticos mais relevantes do período e a ascensão do duque de Lerma como valido de Filipe III. Ver: RENA, Orazio Della. *Relazione segreta delle cose della corte di Spagna, 1605*. Florença: Biblioteca Nazionale Centrale. Magl. Cl. XXV, cod. 796. Publicado em: GOLDBERG, Edward. *State gifts from the Medici to the Court of Philip III. The Relazione segreta of Orazio della Rena*. In: COLOMER, José Luis (ed.). *Arte y diplomacia de la Monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madri: Fernando Villaverde Ediciones, 2003, p. 120-133.

treitas entre dois rochedos enormes e se precipitam em seguida com tão terrível queda que fazem mover as águas extraordinariamente e parece milagre que se possa navegar ali sem naufragar. Somente pela fama das riquezas do Dourado por ali passaram à sua procura exércitos inteiros. Crê-se que este célebre rio nasça nos montes que estão entre o Coglião e Arequipa. Ele desemboca no Mar do Norte com uma foz tão ampla que excede a largura do Mediterrâneo, pois passa de 200 milhas, se bem que outros dizem que não é mais de 90. A maré sobe nele mais de 30 milhas.⁴²

Estas referências já estavam presentes em obras do final do século XVI, a exemplo da famosa *The discoverie of the large, rich and bewtifull Empyre of Guiana* (1596),⁴³ escrita por sir Walter Raleigh (1552–1618) que, por sua vez, repetia indicações presentes nos relatos de cronistas e navegantes espanhóis, homens da dimensão de Pedro de Cieza de León (1520–1554), António de Herrera y Tordesillas (1559–1625) ou Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdés (1478–1557). Por outro lado, o próprio *topos* da grandiosidade do rio Amazonas, ou *Marañón*, em comparação com outros sistemas fluviais das Índias Ocidental e Oriental já era reivindicado pelo jesuíta José de Acosta (1540–1600) na sua *Historia natural e moral de las Indias* (1590).⁴⁴ De qualquer forma, devemos ter em conta que esta não era uma rota desconhecida para os toscanos bem informados da época que, tal como foi dito acima, eram ávidos leitores das novidades que chegavam das Índias.⁴⁵ O próprio Della Rena demonstra constantemente este tipo de conhecimento estabelecido, por exemplo, ao descrever com precisão e abundância de detalhes o percurso da prata castelhana, do Peru e Nova Espanha até o porto de Sevilha, incluindo sua escala nas Barramas.⁴⁶

Em 1614, William Davies, cirurgião-barbeiro de Londres, publicou um dos poucos testemunhos diretos sobre a jornada de 1608. Trata-se de *A verda-*

⁴² ZERON & CAMENIETZKI, titulada: Descrição da América, ou melhor, das Índias Ocidentais ao sereníssimo grão-duque da Toscana senhor meu Horazio della Rena. In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 146-7.

⁴³ Ver: RALEIGH, Walter. The discovery. In: RAMOS PEREZ, Demetrio. *El mito del Dorado. Su genesis y proceso*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1973.

⁴⁴ ACOSTA, pe. José de, S. J. *Historia natural y moral de las Indias, en que se tratan las cosas notables del Cielo, elementos, metales, plantas y animales de ellas; y los ritos, ceremonias, leyes, gobierno y guerras de los indios*. Madri: Pantaleon Aznar, sexta edición, 1792 [1590], p. 84-85.

⁴⁵ Para um estudo sobre a circulação de alguns dos principais relatos de época relativos à rota amazônica, ver: PEDRO, Juliana de Castro. *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia ibérica*. Dissertação de mestrado em História apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

⁴⁶ ZERON & CAMENIETZKI, titulada: Descrição da América, ou melhor, das Índias Ocidentais ao sereníssimo grão-duque da Toscana senhor meu Horazio della Rena. In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 153-4.

deira relação das viagens e do mais miserável cativo de William Davies,⁴⁷ que narra as aventuras e desventuras deste inglês por estranhas terras de além-mar. A *Relação* de Davies não foi composta como uma narrativa sistemática ou uma crônica detalhada das viagens de seu autor e, em determinados momentos, está mais próxima dos gêneros anedóticos, "baixos" dos séculos XVII e XVIII.⁴⁸ Ainda assim, há valiosas informações sobre os objetivos da jornada. A história da expedição faz parte da narrativa das "misérias" do cirurgião-barbeiro de Londres que, após ser capturado pela marinha do grão-duque, e passar mais de oito anos em regime de servidão na cidade de Livorno, foi finalmente libertado por Fernando I, por sugestão expressa do capitão Thornton, para servir na tripulação do navio Santa Lucia Bonaventura. Pelas informações ali contidas vale a pena discutir como o relato de Davies e demais documentos da época informam sobre outros objetivos da jornada toscana.

"Rio delle Amazzoni"

A partir do relato de William Davies, sabemos que o rio Amazonas era um dos objetivos iniciais da expedição toscana pelas Índias, cujo escopo seria o estabelecimento de uma nova rota comercial.⁴⁹ Não se trata, portanto, de um erro de cálculo fruto do conhecimento inadequado da posição das correntes oceânicas, como costumava ocorrer algumas vezes na navegação ocasional por esta parte do Atlântico.⁵⁰ A expedição teria permanecido no rio Amazonas por cerca de dez semanas, suficientes para observar, segundo conta Davies, os "costumes de seus habitantes e a região".⁵¹ O capítulo "descrição e descoberta do rio das Amazonas" é, no entanto, bastante lacônico. O texto limita-se a descrever algumas poucas características físicas da região, a

⁴⁷ Utilizamos a edição brasileira, publicada por ZERON & CAMENIETZKI. A verdadeira relação das viagens e do mais miserável cativo de William Davies, cirurgião-barbeiro de Londres, sob o duque de Florença. In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 160-195.

⁴⁸ Para um estudo de caso acerca do sistema de decoros dos chamados "gêneros baixos", ver: PÉCORA, Alcir. Parnaso de Bocage, rei dos brejeiros. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 203-245. Para mais detalhes sobre a *Relação* de William Davies, ver a introdução feita por: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 135-140.

⁴⁹ A verdadeira relação das viagens e do mais miserável cativo de William Davies... In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 176.

⁵⁰ Para um bom resumo sobre estas rotas, ver o já clássico: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1992, p. 52-55.

⁵¹ A verdadeira relação das viagens e do mais miserável cativo de William Davies... In: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 181.

navegabilidade dos rios, certos produtos vegetais, a fauna local (que incluía, segundo Davies, "leões", "ursos" e "lobos"!) e os costumes dos nativos.

Sabemos pouco sobre a rota percorrida pelo Santa Lucia ou sobre as escalas realizadas por este galeão. Podemos apenas especular o caminho a partir da lista de lugares que William Davies afirma ter conhecido durante a viagem. Partindo deste critério, um recorrido razoavelmente lógico seria: rio Amazonas ("river of Amazons"), rio Arauca ("Aruacca"), rio Orenoco ("Arinocho") e, em seguida, Trinidad ("Trinidad"). Se confiarmos nestes dados, esta seria uma das grandes jornadas fluviais do século XVII. De qualquer forma, não é possível confirmar este percurso pela falta de detalhes e de uma cronologia exata no texto da *Relação* de William Davies. Para piorar, Davies afirma ter conhecido também lugares do Estado do Brasil, Bahia ("Baye") e Pernambuco ("Fernandobuck"), já fora da rota regular de retorno do Caribe. A narrativa sobre o rio Amazonas é complementada pelo capítulo "descrição e descoberta de Morria", uma suposta ilha governada por mulheres guerreiras. O cirurgião-barbeiro de Londres nos fornece, assim, sua particular versão da lenda das Amazonas, já explorada por outros cronistas anteriores.⁵²

Davies também faz uma breve apreciação dos produtos encontrados pelos toscanos durante o convívio com os índios da região. No mesmo sentido de outras narrativas do início do século XVII, feitas por franceses, espanhóis e portugueses, o relato londrino não confirma claramente a existência de ouro e prata na região. Entretanto, o inglês também não faz nenhuma menção aos produtos traficados por holandeses e franceses nesta mesma época: algodão nativo, pimenta, pau-de-tinta, entre outras especiarias de valor na Europa. A única e lacônica exceção é o tabaco, utilizado pelos índios durante as refeições.⁵³ É bem verdade, por outro lado, que esta narrativa deve ser lida com seus limites e características próprias. É necessário levar em consideração que o gênero letrado e o estilo de *A verdadeira relação* não privilegia a narrativa sistemática ao modo, por exemplo, das "crônicas", "relações", "histórias" ou "tratados descritivos", ainda que se possa contestar também a verossimilhança destas últimas.⁵⁴ Apesar do seu peculiar estilo, o relato de William Davies não deixa de ser um importante registro das pretensões

⁵² Idem, *ibidem*, p. 191-92.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 183.

⁵⁴ ROSS, Kathleen. Historians of the conquest and colonization of the New World: 1550-1620. In: GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto; PUPO-WALKER, Enrique (eds.). *The Cambridge history of the Latin American literature*, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 107-108. Sobre a narrativa dos descobrimentos, vale a pena ver: BARRETO, Luís Filipe. *Os descobrimentos e a ordem*

toscanas sobre a fronteira norte da América portuguesa, anos antes de franceses, holandeses e hispano-lusos disputarem a posse efetiva da região.

Existem outros documentos que fazem referência à expedição anglo-toscana. Segundo as "instruções" passadas por sir Robert Dudley ao capitão do Santa Lucia, Robert Thornton, a viagem deveria ser planejada a partir de dados fornecidos por um holandês, prático nesta navegação, chamado Jan Van Harlen. O retorno, dependendo das circunstâncias, deveria ser feito pela costa seguindo sempre em direção norte (*"per tramontana"*).⁵⁵ Por sua vez, o grão-duque, numa carta enviada ao seu embaixador na Espanha, o bispo Sallustio Tarugi, confirma que os objetivos gerais da expedição eram: o estabelecimento de novas rotas comerciais entre as Guianas e o rio Amazonas e a obtenção do apoio indígena, considerado fundamental para a empresa toscana. Segundo explica o próprio Fernando I:

*Alcuni mercanti habitatori di Livorno, i quali si vanno sempre ingegnando d'aprir la strada a nuovi traffichi e guadagni, feceró risoluzione di spedire [una nave] un piccolo pataccio al Rio dell'Amazzone per trattare con quelli uomini salvatichi e piutosto per riconoscere [l'utilità] che si potesse fare in quel luogo con la mercatura, che con alcuno stabile fondamento.*⁵⁶

Apesar disso, as opções não estavam restritas apenas aos territórios do norte da América portuguesa. Ao contrário, a documentação italiana sugere que o interesse pelo comércio americano poderia estender-se por toda a linha norte-sul do Atlântico, incluindo as próprias Índias de Castela. Numa outra carta ao embaixador Tarugi, datada de 9 de novembro, o grão-duque confirma a disponibilidade dos toscanos em estabelecer negócios em *"qualche luogo alla Nuova Spagna o alla costa del Brasil, dove con i [nostri] denari si potesse andar ampliando addosso a quelli indiani, i quali mediante questo, si potrebbero indurre alla fede cristiana et all'ubbidienza di Sua Maestá Cattolica"*.⁵⁷ De fato, a correspondên-

do saber. Uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva, 1987. Do mesmo autor, ver também: BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e renascimento – Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI.* Lisboa: 1983.

⁵⁵ Instruzione dil conte di Varuich andarº all'Indie. Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del principato, pezzo 1829, cc. 458r–460v. 1608?. O documento contém o autógrafo do conde de Warwick.

⁵⁶ "Alguns comerciantes moradores de Livorno, os quais sempre pensaram em abrir o caminho a novos mercados e lucros, resolveram enviar [um navio] um pequeno patacho ao rio das Amazonas para tratar com aqueles homens selvagens e antes para reconhecer a utilidade que se pode obter daquele lugar com o comércio, com alguma base firme". [A tradução é nossa]. 9 de dezembro de 1608. Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del principato, pezzo 4959, c. 646r. A ortografia foi atualizada.

⁵⁷ "Algum lugar na Nova Espanha ou na costa do Brasil, onde com nosso dinheiro possamos chegar até aqueles índios, os quais mediante isso poderíamos convertê-los à fé cristã e à obediência

cia de Tarugi para este período está repleta de referências aos negócios dos portugueses nas Índias oriental e ocidental.⁵⁸ Entretanto, tal como afirma o documento, o apoio indígena seria fundamental em qualquer caso. Talvez os toscanos já tivessem informações acerca das experiências mercantes de franceses e principalmente holandeses nas terras do norte da América lusa, principalmente entre as Guianas e o Cabo do Norte.⁵⁹

Um dos únicos informes conhecidos sobre o regresso do Santa Lucia ao porto de Livorno foi escrito pelo provedor local, Niccolini, supostamente em 12 de julho de 1609. Este informe traz alguma informação sobre a rota e as escalas, com os dias em que a tripulação permaneceu em cada local. Niccolini escreve também, laconicamente, sobre os problemas internos da jornada, incluindo uma conspiração de assassinato organizada pela tripulação contra o capitão Thornton. Segundo ainda o provedor de Livorno:

É comparso la nave Santa Lucia Buonaventura, Capitano Ruberto Tortone Inglese, abitante in Livorno con 47 tra soldati, e marinai e sei indiani. Viene dal Rio della Amazzoni, dove sono stati 42 Gioni di poi andarono a Guiana, e vi stettono 12 gioni et di poi a [Orinoco] e vi stettono 10 gioni e di poi alla Trinitá e vi stettono 15 gioni (...) lo scrivano della nave, è venuto in terra et io sono andato alla bocca, dove mi ha dato raguaglio d'una congiura che fu scoperta in nave, nell'andata, che volevano amazzare il Capitano e gli ufficiali e menare via la nave con le mercantile come poi particolarmente vedrà per questi processi.⁶⁰

Este fragmento parece confirmar que a rota seguida pelos toscanos aproveitava a corrente das Guianas, que corre de leste a oeste e liga a Amazônia portuguesa ao mar do Caribe, para fazer seu retorno pelas Barramas.⁶¹ Esta rota

da Sua Majestade Católica" [A tradução é nossa]. 9 de novembro de 1608. Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, pezzo 4959, cc. 638r-639v. A ortografia do original foi atualizada.

⁵⁸ Ver, por exemplo: Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, pezzo 4958, cc. 493-496; 497r-499.

⁵⁹ HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VI, nº 1, 2011, p. 178-202.

⁶⁰ "Chegou o navio Santa Lucia Buonaventura, do capitão Robert Thornton, inglês morador em Livorno, com 47 entre soldados, marinheiros e seis índios. Veio do Rio das Amazonas, onde estiveram 42 dias, depois [foram] a Guiana, e ali estiveram 12 dias e depois ao Orinoco e ali estiveram 10 dias e depois a Trindade e ali estiveram 15 dias (...) O escrivão do navio desembarcou e eu fui à escotilha, onde me foi dado informe de uma conspiração que foi descoberta no navio, na viagem de ida, o qual queria matar o capitão e os [oficiais] e levar embora o navio com as mercadorias como depois constará particularmente destes processos". [A tradução é nossa]. 12 de julho de 1609. Archivio Storico di Livorno. Magistrali al governo, rescritti per la contumacia, nº 5. Anno 1606-1611, c. 142. A ortografia foi atualizada. Também disponível em: ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller, op. cit., p. 207-8.

⁶¹ Ver: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*, op. cit., p. 52-55.

é completamente viável. Anos mais tarde, um famoso navegador português experimentou este mesmo percurso. Era o capitão Martim Soares Moreno que, em 1613, realizou, por ordem do governador do Brasil, Gaspar de Sousa, uma jornada de reconhecimento da costa do Maranhão. Na tentativa de retornar ao Estado do Brasil, Moreno interceptou fortes ventos contrários desta parte do Atlântico. A aventura terminou, por força das correntes imperantes, na cidade de Santo Domingo no mês de agosto daquele ano. Da cidade castelhana, Martim Soares partiu para Sevilla com a missão de informar a Casa de Contratación sobre a viabilidade da rota.⁶² Por outro lado, é bom lembrar que, antes de se estabelecerem no Maranhão, os próprios franceses já realizavam a navegação para as Guianas cujo início remontaria ao ano de 1604.⁶³

Portanto, em termos de viabilidade econômica, o caminho sugerido pelo provedor Niccolini seria perfeitamente praticável e condizente com os experimentos mercantes de outras nações do período. O que sugere, mais uma vez, que as ações toscanas na Amazônia lusa eram alimentadas pelas informações que chegavam à península Itálica sobre a "pirataria" inglesa, irlandesa, francesa e principalmente holandesa.

Conclusão

Há indícios que demonstram que as várias nações que tinham negócios no Atlântico equinocial, em desobediência direta às determinações dos monarcas espanhóis, não só conheciam as atividades uns dos outros, mas inclusive traçavam comparações entre elas na tentativa de tornar mais eficiente a exploração daquele litoral.⁶⁴ Por outro lado, a documentação analisada não sugere que o projeto toscano estaria orientado, ao menos a princípio, na direção de uma ocupação permanente ao modo do que foi a França equinocial (1612-1615). De fato, ao que tudo indica, os planos dos vassallos do grão-duque estavam bem mais próximos do sistema de feitorias ribeirinhas adotado

⁶² Carta del presidente de la Española con testimonio de informacion del capitan Martin Suarez Moreno, que fué á examinar el rio Marañon, por orden del gobernador del Brasil. Santo Domingo, 15 de dezembro de 1613. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 26, 1905, p. 151-154.

⁶³ Sobre uma história geral dos projetos franceses para esta parte do Atlântico, ver: HENRY, Arthur. *La Guyanne Française, son histoire, 1604-1949*. Cayenne: Le Mayoury, 1987. ECCLES, William John. *France in America*. Nova York: Harper & Row, 1972; TRUDEL, Marcel. *Histoire de la Nouvelle-France. Les vaines tentatives, 1524-1603*. Montreal/Paris: Fides, 1963.

⁶⁴ CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, nº 61, 2011, p. 317-338.

pelos holandeses antes de 1621. Este último, como foi dito, era completamente dependente, em vários níveis, da capacidade de estabelecer acordos com as nações indígenas. Nestes acordos, os nativos ofereciam logística, força de trabalho, orientação geográfica e até mesmo proteção militar aos negociantes "estrangeiros".⁶⁵ Toda a documentação toscana analisada parece confirmar que o modelo holandês de exploração daquele litoral, também praticado por ingleses e irlandeses, era o método a ser imitado pelos italianos. Um sistema de exploração que, embora limitado, era mais barato e sigiloso, perfeito para negociantes que tinham um vínculo tão estreito com a Monarquia hispânica.

No entanto, as tentativas toscanas de estabelecer uma rota regular, como queria o grão-duque, entre "Itália", América portuguesa e as Guianas não tiveram o efeito desejado. Tudo indica que a aventura toscana pelas Índias ocidentais não sobreviveu às iniciativas do seu primeiro promotor, Fernando I, morto já em 1609. Na verdade, o campo de ação dos italianos era bastante limitado. De certa forma, todos os envolvidos parecem ter consciência das dificuldades da empresa, principalmente quanto à concorrência francesa, inglesa e holandesa, além de espanhola e portuguesa. Ao mesmo tempo, qualquer tentativa de compreender as ações toscanas no cenário atlântico deverá levar em consideração as especificidades da integração italiana ao sistema "imperial" espanhol e o frágil equilíbrio de poder que, muitas vezes, marcou a vassalagem deste território aos monarcas católicos.⁶⁶

Por outro lado, apesar das dificuldades e limitações, sabe-se que os italianos nunca abandonaram a América lusa, participando direta ou indiretamente dos seus negócios e mesmo de suas guerras. Esta assertiva também vale para a Amazônia portuguesa. Não por acaso, por volta de 1620, um oficial do Reino de Nápoles chamado Constantino Paolo Garrafa pedia ao rei Filipe III de Castela o posto de capitão de artilharia nas novas terras do Maranhão. O argumento utilizado era o fato, evidente, de que "italianos" e portugueses eram vassallos do mesmo rei. Em particular, na opinião daquele oficial napolitano, no contexto da monarquia dual não existia argumento melhor que não ser dos "estrangeiros proibidos".⁶⁷

⁶⁵ HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, op. cit.

⁶⁶ MUSI, Aurelio. L'Italia nel sistema imperiale spagnolo. In: MUSI, Aurelio (org.). *Nel sistema imperiale. L'Italia spagnola*. Nápoles: Edizioni scientifiche italiane, 1994, p. 51-66.

⁶⁷ A citação consta da solicitação feita pelo capitão Garrafa ao governador do Brasil, Gaspar de Sousa, poucos anos depois da conquista do Maranhão aos franceses. Sobre Constantino Paolo Garrafa, 30 de maio de 1620. Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, 1552, flº 290.

Por fim, é necessário sempre voltar ao argumento inicial: o malogrado projeto toscano de estabelecer uma nova rota comercial nas fronteiras das Índias castelhanas não se alinhava, embora fosse aliado espanhol, ao esforço castelhano de defesa do Atlântico. Tal como já foi demonstrado em trabalhos sobre o Chile e o Vice-Reinado do Peru, por vezes, a política que as nações europeias desenvolviam na América não seguia exatamente as mesmas diretrizes válidas para a Europa.⁶⁸ As circunstâncias e os possíveis ganhos com esse tipo de operação convidavam ao pragmatismo. No mais, para toscanos não parecia haver contradição alguma em beijar a mão do monarca católico, em Valladolid, ao mesmo tempo em que tentavam lucrar com suas conquistas, no Amazonas.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, pe. José de, S. J. *Historia natural y moral de las Indias, en que se tratan las cosas notables del Cielo, elementos, metales, plantas y animales de ellas; y los ritos, ceremonias, leyes, gobierno y guerras de los indios*. Sexta edición. Madri: Pantaleon Aznar, 1792 [1590].
- BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e renascimento - Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: 1983.
- _____. *Os descobrimientos e a ordem do saber. Uma análise sociocultural*. Lisboa: Grádiva, 1987.
- BENZONI, Gerolamo. *Historia del Mundo Nuevo*. Introdução e notas de Manuel Carrera Díaz. Madri: Alianza Editorial, 1989.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Disponível em www.brasiliana.usp.br.

⁶⁸ Por exemplo, no que diz respeito ao combate holandês nas Américas que não seguia a mesma pauta da chamada *Pax hispanica* na Europa. DÍAZ BLANCO, José Manuel. *Razón de Estado y buen gobierno. La guerra defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2010, p. 28-29.

- CARDIM, Pedro. A prática diplomática na Europa do Antigo Regime. In: RODRIGUES, Luís Nuno & MARTINS, Fernando (eds.). *História e relações internacionais*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora, 2004, p. 11-53.
- _____. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*, vol. LXIV, n° 216, janeiro-abril, 2004, p. 117-156.
- _____. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n° 61, São Paulo, 2011, p. 317-338.
- _____. *Maranhão na Monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.
- CIPOLLA, Carlo. *Conquistadores, piratas e mercadores. A saga da prata espanhola*. Lisboa: Teorema, 2002.
- COLOMER, José Luis (ed.). *Arte y diplomacia de la Monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madri: Fernando Villaverde Ediciones, 2003.
- COUTO, Jorge. As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projeto da França equinocial. In: VENTURA, Maria da Graça M. (org.). *A União Ibérica e o mundo atlântico*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 171-194.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Editorial Castalia/Nueva Biblioteca de Erudición y Crítica, 1995 [1611].
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial. Tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de Historia*, v. 26, n° 52, São Paulo, 2006, p. 79-114.
- _____. *Portuguese colonization of Amazon region, 1640-1706*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Cambridge, 2005.
- D'ARIENZO, Valdo & DI SALVIA, Biagio. *Siciliani nell'Algarve. Privilegi e prassi mercantili nell'Atlantico portoghese (secoli XV-XVI)*. Milão: Franco Angeli, 2012.
- DAHER, Andréa. *O Brasil francês: as singularidades da França equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DE DIVITIIS, Gigliola Pagano. *English merchants in seventeenth-century Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DEN HEIJER, H. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, J. & ENTHOVEN, V. (eds.). *Riches from Atlantic commerce. Dutch transatlantic trade and shipping, 1585-1817*. Leiden/Boston: Brill, 2003, p. 97-100.
- DÍAZ BLANCO, José Manuel. *Razón de Estado y buen gobierno. La guerra defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2010.
- DONATTINI, Massimo. Orizzonti geografici dell'editoria italiana (1493-1560). In: REINHARD, Wolfgang & PROSPERI, Adriano (eds.). *Il Nuovo Mondo nella coscienza italiana e tedesca del Cinquecento*. Bolonha: Il Mulino, 1992, p. 79-154.

- DUDLEY, Robert. *Dell'arcano del mare*. Florença: Francesco Onofri, 1646.
- ECCLES, Wiliam John. *France in America*. Nova York: Harper & Row, 1972.
- EDMUNDSON, G.. The Dutch on the Amazon and Negro in the seventeenth century. *English Historical Review*, nº 18, vol. 72, outubro de 1903, p. 642-663.
- FRITSCHY, W. A financial revolution reconsidered: public finance in Holland during the Dutch revolt, 1568-1648. *The Economic History Review*, vol. LVI, n. 1, fevereiro de 2005, p. 57-89.
- GENTILE, Sebastiano. *Firenze e la scoperta dell'America. Umanesimo e geografia nell'400*. Florença: Olschki, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. As incidências da pirataria no sistema português do século XVI. In: *Mito e mercadoria: Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 460-475.
- GOLDBERG, Edward. State gifts from the Medici to the Court of Philip III. The *Relazione segreta* of Orazio della Rena. In: COLOMER, José Luis (ed.). *Arte y diplomacia de la Monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madri: Fernando Villaverde Ediciones, 2003, p. 120-133.
- GUARNIERI, Giuseppe G. *La Spagna al tempo di Filippo II. Le navigazioni degli spagnuoli di Castiglia nelle Indie Occidentali e un manoscritto inedito di Orazio Della Rena*. Livorno: G. Meucci, 1910.
- HENRY, Arthur. *La Guyanne Française, son histoire, 1604-1949*. Caiena: Le Mayoury, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609). *Revista de História*, nº 71, São Paulo, 1967, p. 61-84.
- HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VI, nº 1, 2011, p. 178-202.
- KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da Ilha Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas. *Vária História*, vol. 23, nº 37, Belo Horizonte, janeiro-junho de 2007, p. 70-80.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luis e seus mitos*. São Luis: Lythograf, 2002.
- LANE, Kris E. *Pillaging the Empire: Piracy in the Americas, 1500-1750*. Nova York/Londres: M. E. Sharpe, 1998.
- LORIMER, Joyce. *English and Irish settlement on the river Amazon, 1550-1646*. Londres: The Hakluyt Society, 1989.
- MARQUES, Guida. *L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union iberique (1580-1640)*. Tese de doutorado apresentada a École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.
- MARTELLI, Francesco & GALASSO, Cristina (coord.). *Istruzioni agli ambasciatori e inviati Medicei in Spagna e nell'Italia spagnola" (1536-1648)*. Roma/Firenze: Ministero per i Beni e le Attività Culturali /Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 2007.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (ed.). *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus territórios ultramarinos (1581-1640)*. Lisboa: Cham/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011.

- MUSI, Aurelio. *L'Italia dei viceré. Integrazione e resistenza nel sistema imperiale spagnolo*. Cava dei Tirreni: Avagliano, 2000.
- _____ (org.). *Nel sistema imperiale. L'Italia spagnola*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1994.
- MUTO, Giovanni. La nobleza napolitana en el contexto de la Monarquía hispánica: algunos planteamientos. In: YUN CASALILLA, Bartolomé (dir.). *Las redes del imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía hispánica, 1492-1714*. Madri: Marcial Pons/Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 135-171.
- OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la diplomacia española. La diplomacia de Felipe II*, vol. VI. Madri: Ministerio de Asuntos Exteriores, 2000.
- OLIVEIRA, António de. *Poder e posição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990.
- PARKER, Geoffrey. David o Goliat: Felipe II y su mundo en la década de 1580. In: KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (eds.). *España, Europa y el mundo atlántico. Homenaje a John H. Elliott*. Madri: Marcial Pons/Junta de Castilla y León, 2002, p. 321-346.
- PARROTT, David. France's war against the Habsburgs, 1624-1659: the politics of military failure. In: GARCÍA HERNÁN, Enrique & MAFFI, Davide (eds.). *Guerra y sociedad en la Monarquía hispánica. Política, estrategia y cultura en la Europa moderna (1500-1700)*, vol. 1. Madri: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006, p. 31-48.
- PAZ, Julián. *Secretaria de Estado (Capitulaciones con Francia y negociaciones diplomáticas de los embajadores de España con aquella corte, seguido de una serie cronológica de éstos)*. Madri: Junta para Ampliación de Investigaciones Científicas/Centro de Estudios Históricos, 1914.
- PEDRO, Juliana de Castro. *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia ibérica*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.
- RALEIGH, Walter. The discovery. In: RAMOS PEREZ, Demetrio. *El mito del Dorado. Su genesis y proceso*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1973.
- RIDOLFI, Roberto. Pensieri Medicei di colonizzazione nel Brasile. *Veltro. Rivista della Civiltà Italiana*, vol. VI, n° 4, agosto de 1962, p. 705-720.
- ROMEO, Rosario. *Le scoperte americane nella coscienza italiana del Cinquecento*. Prefácio de Rosario Villari. Roma/Bari: Editori Laterza, 1989.
- ROSS, Kathleen. Historians of the conquest and colonization of the New World: 1550-1620. In: GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto; PUPO-WALKER, Enrique (eds.). *The Cambridge history of the Latin American literature*, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 107-108.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1992.
- SALMORAL, Manuel Lucena. *Piratas, bucaneros, filibusteros y corsarios en América. Perros, mendigos y otros malditos del mar*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel & CABRAL DE SOUZA, George F. (eds.). *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

- SANZ CAMAÑES, Porfirio. *Diplomacia hispano-inglesa en el siglo XVII. Razón de Estado y relaciones de poder durante la Guerra de los Treinta Años, 1618-1648*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2002.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- THOMSON, Janice E. *Mercenaries, pirates, and sovereigns. State-building and extraterritorial violence in early modern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- TRUDEL, Marcel. *Histoire de la nouvelle France. Les vaines tentatives, 1524-1603*. Montreal/Paris: Fides, 1963.
- VALLADARES, Rafael. El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668). *Cuadernos de Historia Moderna*, n° 4, Madrid, 1993, p. 151-172.
- VOLPINI, Paola. Uomini di governo e mutamenti politici: notizie, stereotipi e pregiudizi sul governo della Spagna fra Cinque e Seicento. In: PROFETI, Maria Grazia (ed.). *Giudizi e pregiudizi: Percezione dell'altro e stereotipi tra Europa e Mediterraneo*, vol I. Florença: Alinea, 2009, p. 119-133.
- ZERON, Carlos Alberto Ribeiro & CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda: Documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608. *Revista de História*, n° 142-143, São Paulo, 2000, p. 125-27.

Recebido: 04/11/2013 - Aprovado: 06/05/2014

